

RTP e Serviço Público

Um percurso de inultrapassável dependência e contradição

SOUSA, H. e SANTOS, L. A. (2003) «RTP e Serviço Público, Um Percurso de inultrapassável dependência e contradição» in Pinto, Manuel et. al. A Televisão e a Cidadania, Contributos para o debate sobre o Serviço Público, Braga, Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho.

Autores

Helena Sousa e Luís António Santos
Departamento de Ciências da Comunicação
Universidade do Minho

Resumo

A problematização do Serviço Público de televisão em Portugal e da sua relação com os telespectadores passa necessariamente pela história política e económica da Radiotelevisão Portuguesa (RTP). É impossível compreender a complexa relação com os seus públicos, e com a sociedade portuguesa em geral, sem um recuo no tempo, sem um olhar sobre o passado desta empresa e sobre o ambiente em que ela se implantou. Este capítulo pretende apresentar alguns elementos que contribuam para a compreensão deste presente, visa equacionar algumas questões que possam ajudar a explicar o *status quo*. Olhando para a história do país e da RTP, procuraremos demonstrar que servir o público nunca fez parte das preocupações nucleares deste Serviço Público. Independentemente das formas como poderia ter sido auscultado o interesse público, esta dimensão jamais adquiriu alguma centralidade. No essencial, a RTP manteve e perpetuou uma lógica de funcionamento de relevante prestação de serviço, mas ao poder político.

A problematização do Serviço Público de televisão em Portugal e da sua relação com os telespectadores passa necessariamente pela história política e económica da Radiotelevisão Portuguesa (RTP). É impossível compreender a complexa relação com os seus públicos, e com a sociedade portuguesa em geral, sem um recuo no tempo, sem um olhar sobre o passado desta empresa e sobre o ambiente em que ela se

implantou. Este capítulo pretende apresentar alguns elementos que contribuam para a compreensão deste presente, visa equacionar algumas questões que possam ajudar a explicar o *status quo*. Olhando para a história do país e da RTP, procuraremos demonstrar que servir o público nunca fez parte das preocupações nucleares deste Serviço Público. Independentemente das formas como poderia ter sido auscultado o interesse público, esta dimensão jamais adquiriu alguma centralidade. No essencial, a RTP manteve e perpetuou uma lógica de funcionamento de relevante prestação de serviço, mas ao poder político.

Tornar habitual a ordem

Nascida em 1956, a Radiotelevisão Portuguesa, SARL (RTP) é o resultado dos esforços de uma série de ‘reformadores’ do Regime, mas reflecte, claramente, todas as apreensões de uma estrutura dominante céptica e desconfiada. As inquietações avançadas, em 1935, pelo director do Secretariado de Propaganda Nacional, António Ferro, na inauguração da Emissora Nacional, sugeriam, desde logo, que o Estado entendia como natural uma postura instrumentalizadora dos órgãos de comunicação - «A primeira grande interrogação de quem toma posse deste lugar é a seguinte: deve a Emissora Nacional acompanhar o gosto do público ou dominá-lo? (...) A Emissora renunciaria ao seu programa essencial, ao próprio título de nobreza que contém o seu nome, se passasse o tempo a satisfazer as exigências medíocres de certas camadas da população de radio-ouvintes, que precisam de ser orientadas, ensinadas e nunca lisonjeadas nas suas baixas tendências. (...) Este organismo falhará, na verdade, se não for, em todas as horas, para além da objectiva propaganda política, o porta-voz da revolução libertadora e renovadora que lhe deu o ser» (1935: v.pág). Na essência, este entendimento muito particular manter-se-ia, quer ao nível do discurso quer ao nível da prática, inalterável até 1974.

O projecto de Dec-Lei de 1955 para a criação da RTP continha cláusulas sobre a suspensão do serviço pelo governo e sobre a eventual substituição da empresa concessionária, sempre que isso fosse do interesse nacional (Teves, 1998:30). O então ministro da Presidência, Marcello Caetano, liderou todo o processo de estruturação e fundação da nova empresa de teledifusão com entusiasmo pessoal, desde as regras de concessão às questões mais técnicas. De imediato, ficariam, porém, bem explícitos receios e cautelas do Estado Novo face ao meio que dava ‘dores de cabeça’ a Salazar: «A televisão é um instrumento de acção, benéfico ou

maléfico, consoante o critério que presidir à sua utilização. O governo espera que os dirigentes do novo serviço público saibam fazer desse instrumento um meio de elevação moral e cultural do povo português» (Teves, 1998:31).

Indubitavelmente, a RTP iria ser, em simultâneo, repositório e catalisadora de muito mais do que isso. Ainda que controlada e clinicamente amputada, a ficção internacional (sobretudo anglófona) trazia aos portugueses imagens de outros universos sociais e impressões de outros ambientes. A tele-escola cumpriu um papel de relevo no combate à volumosa iliteracia, a produção de ficção nacional (nomeadamente os tele-teatros) aproximou a audiência de textos literários relevantes, os concursos e os espaços de entretenimento divulgaram pessoas e actividades até então desconhecidas do grande público e a emergência de programas temáticos de grande sucesso (como a ‘Conquista do Espaço’, de Eurico da Fonseca; ou o ‘TV Rural’, de Sousa Veloso) contribuiu decisivamente para aquilo que é entendido como o processo ‘silencioso’ de mudança social que ajudou, em última análise, a criar as condições para o sucesso do 25 de Abril. Esta transformação social não aparente era contrária a alguns dos dogmas ideológicos do Estado Novo, embora estivesse intimamente ligada à estrutura de prioridades económicas e políticas do Estado.

Concebida à luz de uma visão predominantemente financeira do Estado, a proposta de uma sociedade ordenada (de matriz corporativa) – como contra-modelo simultâneo a uma estruturação capitalista e a uma proposta ausência de estruturas socialista – provou ser uma prioridade de segunda grandeza, como o foram a construção de estradas ou a electrificação; serviu, sobretudo, um propósito, ao invés de ser um sólido objectivo político. A ‘estrutura orgânica’ da nação portuguesa foi, portanto, sempre assumida como um dado adquirido e, acima de tudo, imutável. Acresce a isto a noção de que uma tranquilidade derivada da ordem seria suficiente para preservar o incoerente ‘estatismo orgânico’ e para o manter sob controle, quaisquer que fossem as mudanças sociais ou económicas ocorridas.

Na realidade, o gradual afastamento de noções fisiocráticas de desenvolvimento económico indiciava que os planos de uma nação pacífica e contente - onde a tranquilidade rural seria o objectivo da maioria e onde a urbanização e o desenvolvimento de infra-estruturas apareciam apenas como necessidades – estavam

em perigo, apesar de o discurso oficial os manter como propostas viáveis, pelo menos até ao desaparecimento de Salazar¹.

O papel cada vez mais relevante do desenvolvimento industrial aliado à implantação geográfica das novas unidades e às restrições salariais impostas pelo Estado foram determinantes para o aumento dos fluxos migratórios, tanto dentro como para fora do país. As deslocações sazonais ligadas ao calendário rural – comuns, pelo menos, até à década de 30 – começariam a ser gradualmente substituídas por movimentos mais permanentes e, na generalidade, unidireccionais, ou seja, do interior agrário para o litoral mais industrialmente desenvolvido. Além disso, o migrante médio mudava de profissão à chegada, sobretudo para actividades ligadas ao sector secundário². Os que escolhiam sair eram também diferentes dos que o haviam feito décadas antes. Tratava-se agora fundamentalmente de homens jovens, viajando sem as famílias e escolhendo como destino a Europa³.

A referida urbanização de um número considerável de trabalhadores agrários⁴ e a crescente proximidade entre os que ficavam no país e os que escolhiam procurar novos rumos em países necessitados de mão-de-obra, como a França e a República Federal Alemã⁵, contribuíram para a adopção de novos padrões de comportamento e consumo, auxiliados por um aumento nos níveis de literacia e por um mais fácil acesso a meios de comunicação social nacionais e estrangeiros.

A RTP integra-se, assim – mais por arrastamento do que por intenção expressa -, neste lento mas continuado movimento de transformação que, sobretudo depois de 1960, possibilita uma maior complexificação e interligação do tecido social português. Com as devidas ressalvas, é possível falar, pela primeira vez, em sinais de homogeneidade que, definitivamente, começam a diluir a – até aí – quase estanque dualidade (aos níveis social, económico e geográfica) que caracterizava o país no

¹ Uma das mais exemplificativas imagens da percepção que Salazar tinha da 'normalidade específica' portuguesa e do seu apego a uma certa 'paisagem moral' pode ser avaliada a partir do conteúdo de uma carta de 1962 ao responsável máximo da multinacional Coca-Cola para a Europa, A. Makinsky. Justificando a sua oposição ao aparecimento daquela marca no Mercado português, Salazar diria: « Portugal é um país conservador, paternalista e – Deus seja louvado – 'atrasado', termo que eu considero mais lisonjeiro que pejorativo. O senhor arrisca-se a introduzir em Portugal aquilo que eu detesto acima de tudo, ou seja, o modernismo e a famosa efficiency'. Estremeço perante a ideia dos vossos camiões a percorrer, a toda a velocidade, as ruas das nossas velhas cidades, acelerando, à medida que passam, o ritmo dos nossos hábitos seculares» (citado em Mónica, 1996: 23).

² Sobre movimento migratórios internos no período pós-Segunda Guerra Mundial e sobre a crescente desertificação demográfica do interior em favor dos centros industrializados, como Lisboa e Setúbal, ver Barreto e Mónica (1999: 459-460), Rosas e Brito (1996, Vol. II: 561-565) e Ferrão (1996: 33-51).

³ Para uma leitura complementar, ver Rosas e Brito (1996: 294-297), Rosas (1994a: 423), e Ferrão (1996: 37).

⁴ Autores como Ferrão consideram que tal processo não deveria *strictu sensu* ser considerado como 'urbanização', sobretudo porque tal conceito pode levar-nos a inevitáveis comparações com fenómenos semelhantes ocorridos noutros países europeus. O termo correcto deveria ser sub-urbanização, uma vez que os fluxos migratórios internos quase nunca tinham como ponto de chegada as cidades, mas antes as localidades vizinhas (1996).

⁵ Este novo emigrante é apropriadamente descrito como um 'trabalhador no estrangeiro e noivo na terra' (Bandeira, 1993, citado em Ferrão, 1996: 36).

início do Estado Novo. Factores como um melhorado sistema de estradas, a acima mencionada transmigração de mão-de-obra e, até mesmo, a circunscrição militar (num período de 12 anos mais de um milhão de jovens portugueses viajaram continuamente dentro do país e para os territórios africanos) tiveram um papel igualmente relevante no despertar de um auto-conhecimento e, também, na emergência de áreas da vida social potencialmente contenciosas (Barreto, 1996: 36-37).

Embora este processo espelhasse – se bem que com algum atraso – o sucedido noutros países europeus, dois factores relevantes condicionaram a sua singular evolução: em primeiro lugar, o ritmo de mudança foi muito mais rápido; em segundo lugar, aconteceu na sombra de um sistema político formalmente imutável, atento a qualquer tipo de dissidência, enérgico a combater aquilo que percepcionava como pronunciamentos e iniciativas externas hostis e, acima de tudo, absolutamente contrário a qualquer passo no sentido de um modelo de governação participada.

Depois da subida ao poder de Marcello Caetano, em 1968, a RTP (também, nesse ano, com acesso a um 2º canal) passa a disponibilizar mais horas de programação, com mais variedade temática, e adopta claramente uma nova estratégia de relacionamento com uma crescente audiência. A programação aparenta reflectir um ligeiro abrandamento no controlo estatal (foi possível, por exemplo, assistir a peças de teatro de Garcia Llorca), mas a informação dá passos muito significativos no sentido da ostensiva propaganda (ver Cádima, 1996: 201-333). Enfrentando as emergentes dificuldades que resultavam do processo social de integração interna/maior contacto com o exterior e do envolvimento do país num conflito militar em três frentes, o governo de Marcello Caetano adopta (aqui, como noutras áreas) uma postura com tanto de tentada conciliação de interesses como de inultrapassável contradição. A amálgama resultante de uma programação mais ‘aberta’ com uma informação ainda mais controlada e direccionada teria como objectivo supremo (porventura tão ingénuo como absurdo) aumentar a proximidade entre governantes e governados, como tão exemplarmente demonstrou o próprio presidente do Conselho com as suas ‘Conversas em Família’. Sob a liderança de Ramiro Valadão, a RTP iria, nos primeiros anos da década de 1970, manter-se ainda mais fiel à intenção de cumprir claros «objectivos políticos» de «orientação» da opinião pública. Poderá, em abstracto, argumentar-se que havia mudado a postura e o estilo de quem exercia o seu poder sobre a RTP, que o esforço continuado de inúmeros profissionais ajudou a alterar a forma como os portugueses se viam e viam o exterior e que a crescente integração da empresa em organismos internacionais de televisão a tornava mais permeável a

influências renovadoras. A validade de tal postulação não ilude, porém, o essencial: a televisão estatal portuguesa foi criada e consolidada sob pressupostos de apertado controlo e sem interesse visível pela opinião do público. Este quadro – tanto de acção como de estrutura ideológica - permaneceu, no essencial, imutável até ao fim do Estado Novo, como é visível nas palavras do deputado Manuel José Homem de Mello, durante um debate na Assembleia Nacional, em finais de 1972: «Acrece que se trata de um meio de comunicação por tal forma poderoso e sedutor que o Estado tem o dever de zelar pela respectiva utilização, evitando que possa ser colocado ao alcance de hábeis manipuladores de opinião pública – insuficientemente preparada para se defender da forma mais lúcida e conveniente».

A oportunidade da liberdade

No dia 25 de Abril de 1974, foi a Rádio que informou os portugueses da mudança política em curso, mas foi a televisão que mostrou, pela primeira vez, os rostos de alguns dos protagonistas. O país esperou pela 1:23 horas já do dia 26 para conhecer a Junta de Salvação Nacional e para ouvir a proclamação do Presidente da República indigitado, o general António de Spínola. O ambiente de auto-gestão eufórica dos primeiros dias sem ‘exame prévio’ seria, no entanto, substituído por um visível jogo de forças – espelho da actividade política e social do instante – que afastaria qualquer possibilidade de discussão séria e fundamentada sobre o destino da RTP como Serviço Público de Televisão e que a deixaria, em termos de gestão de conteúdos, nos antípodas do proposto, durante a emissão do Telejornal de 3 de Maio de 1974: «a intenção de se manter numa linha de equilíbrio entre as diversas forças políticas, com absoluto respeito pelas correntes de opinião venham elas donde vierem e dando a todas, da direita e da esquerda, as mesmas possibilidades» (citado em Teves, 1998: 209).

Foi o próprio MFA que abriu as portas a um novo ciclo de controlo político da RTP e de outros importantes meios de comunicação social ao implementar medidas que dessem resposta conjunta a duas preocupações: a destruição dos mecanismos repressivos de liberdade de expressão próprios do antigo regime e a garantia de que o novo poder político manteria acesso privilegiado aos órgãos de informação de maior audiência (Mesquita, 1994: 366). Assim, a abolição da censura e do exame prévio foi acompanhada da criação de uma comissão *ad-hoc*, para controlo da imprensa, rádio,

televisão, teatro e cinema, «de carácter transitório» e directamente dependente da Junta de Salvação Nacional⁶.

Do ponto de vista formal, o Estado foi célere na aprovação de uma nova Lei de Imprensa (em preparação desde Agosto de 1974 e publicada em 26 de Fevereiro de 1975), mas foi bem mais prudente na definição de um regime legal para o Audiovisual (a Lei da Televisão só seria aprovada em 1979), indicando, desta forma, a sua reduzida aptidão para alterar procedimentos e enquadramentos nos media electrónicos. Os acontecimentos do 11 de Março de 1975 precipitaram uma ainda mais clara instrumentalização dos meios de comunicação social em geral - a nacionalização da banca e dos seguros é apontada como responsável pela nacionalização de inúmeros títulos da Imprensa - e da RTP em particular, ao serviço da construção de uma 'democracia popular', onde a liberdade era encarada como um conceito flexível⁷. O VI governo provisório, que entra em funções depois do chamado 'Verão Quente', tem - pelo menos até ao 25 de Novembro - alguma dificuldade em controlar o estado de 'aparente anarquia' de que se queixava, à época, Melo Antunes (Mesquita, 1994: 382), e avança por uma solução que procura restituir a primazia ao governo - a nacionalização⁸. Ao consagrar o princípio, herdado do Estado Novo, de que a televisão não poderia ser objecto de propriedade privada, a Constituição de 1976 afastou, em definitivo, qualquer possibilidade de a mudança política ter aberto um espaço de reflexão e de reformulação do serviço televisivo nacional. O preceito constitucional não teve acolhimento unânime, mas as discussões centravam-se, sobretudo, na questão da propriedade (aventando-se a possibilidade de concessão de exploração), denotando a permanência de uma observação quase exclusivamente centrada no relacionamento Estado - operador.

A RTP continuou, assim, a ser vista pelos inúmeros e sucessivos 'vencedores' da revolução como instrumento de mobilização e de acção política⁹ e a ser controlada directamente pelos sucessivos governos. No espaço de uma década, depois de 1974,

⁶ A constituição desta comissão *ad-hoc* mudou frequentemente seguindo, de perto, a indicação de predominância de uma ou outra facções no seio do MFA e na Junta de Salvação Nacional. Uma parcialidade negativa relativamente aos meios mais abertamente apoiantes de tendências esquerdistas foi, depois do 28 de Setembro, substituída por um pendor de natureza precisamente contrária. De 6 de Setembro de 1974 a 28 de Fevereiro de 1975, a comissão suspendeu 28 publicações abertamente ligadas à Igreja Católica (Mesquita, 1988: 89).

⁷ Ver entrevista de Vasco Gonçalves ao *Diário de Notícias*, 25.04.1975.

⁸ A RTP transformou-se numa empresa pública, passando de Radiotelevisão Portuguesa SARL a Radiotelevisão Portuguesa, EP (Decreto-lei nº 674-D/75 de 02.12.75).

⁹ A título de exemplo, recorde-se, ainda, a perplexidade da célula dos trabalhadores comunistas da RTP face à postura da estação na sequência dos acontecimentos do 11 de Março de 1975: «Enquanto os outros órgãos de comunicação social se mobilizavam rapidamente ao lado do MFA e das massas populares, num admirável esforço conjunto para enfrentar e aniquilar o criminoso golpe fascista e para manter alerta a vigilância popular, a Comissão da RTP prosseguia uma linha de incompreensível neutralidade - tanto mais incompreensível quanto é certo tratar-se do meio de comunicação social com maior impacto junto das vastas camadas da população» (citado em Teves, 1998: 218).

os onze lugares do Conselho de Administração da empresa e as 20 directorias foram, respectivamente, ocupadas por 80 e 130 pessoas, cujas qualificações para o exercício das funções eram menos relevantes do que a sua filiação política (Optenhogel, 1986: 243).

Um período – o de 1977 a 1980 – parece ter ficado na história da empresa como o de maior proximidade com o que poderia considerar-se uma intenção de serviço público. Durante a gestão de João Soares Louro, a RTP adopta, pela primeira vez, uma estratégia de programação alternativa para o 2º canal - pretendendo ‘ter em conta as aspirações das pessoas’, mas tentando também apresentar-lhes aquilo a que, de outra forma, não teriam acesso¹⁰ - e avança com medidas concretas para a autonomização financeira da empresa. Trata-se, ainda assim, de uma opção de gestão, eventualmente fundamentada em percepções e contacto com outras realidades, mas nunca resultante de uma reflexão alargada e participada.

A vitória eleitoral da Aliança Democrática (AD), em 1980, implicou uma mudança de rumo e as subsequentes administrações optam por dar corpo à nova dupla prioridade do governo – saneamento financeiro e incremento da instrumentalização. Como admitiria Victor Cunha Rego – o primeiro presidente do Conselho de Administração nomeado pela AD – «a imparcialidade na televisão estatal era impensável»¹¹.

A revisão constitucional de 1982 manteve inalterada a exclusividade estatal no domínio da actividade televisiva, embora as pressões para uma mudança significativa fossem, nessa altura, já muito mais visíveis. Invocando a Concordata e a própria Constituição, a Igreja Católica pediu aos governos da AD a concessão de um canal regional de televisão¹². A pretensão esbarrou na falta de consenso parlamentar, mas tornou o tema politicamente incontornável nos anos seguintes. A adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia proporcionou ao país um significativo crescimento económico (aumentando o potencial mercado publicitário), mas também trouxe um incremento nas pressões, internas e externas, para a abertura da TV à iniciativa privada. A mudança de posição do Partido Socialista, a partir de meados da década de 1980¹³, garantiu a existência de um consenso político-parlamentar suficiente para

¹⁰ *Público* (08.04.1994), ‘Tendências e dependências no Audiovisual’, Dossier «20 Anos – 25 de Abril».

¹¹ Citado em Bruneau (1986), p. 173.

¹² A Igreja Católica apresentou requerimentos ao governo em 29 de Dezembro de 1980 e em 6 de Abril de 1981 (ver Carvalho, 2002: 15)

¹³ Segundo Alberto Arons de Carvalho (2002: 16), a mudança acontece ainda em 1985. Durante o debate parlamentar sobre a concessão de um canal à Igreja, dois deputados do PS, Raul Junqueiro e Jorge Lacão, admitem a possibilidade de se conceder a exploração de um canal de televisão à iniciativa privada. Ainda em 1985, o programa de governo que a liderança de Vítor Constâncio submete ao plebiscito popular dá à nova postura um carácter mais formal, propondo ‘eliminar o impedimento constitucional ao acesso à actividade de radiotelevisão por parte do sector corporativo ou privado’.

tornar irreversível o processo. As eleições de Julho de 1987, após a dissolução do Parlamento, viriam a transferir para o primeiro governo de maioria absoluta do PSD, liderado por Cavaco Silva, a incumbência de dar forma ao processo.

Mais de uma década depois da revolução, a televisão continuava, porém, a ser equacionada quase exclusivamente em termos de propriedade e o operador estatal não tinha tido a oportunidade de se reinventar. Os líderes democratas deram-se bem com a herança do Estado Novo e, no essencial, quando alcançaram o poder, fizeram o possível por garantir da RTP uma prestação ‘tranquila’. O público era, claramente, distinto e com novos interesses e motivações, mas a televisão nunca teve outra opção senão manter-se fiel à sua essência fundadora – servir o poder político.

O Portugal que entrava na Comunidade Económica Europeia tinha, depois do 25 de Abril, acelerado o ritmo das mudanças em curso desde a década de 1960. O país libertou-se formalmente da ligação a África e encontrou novos espaços de democratização da vida política, novas formas de relacionamento social e, significativamente, diferentes regras de comportamento individual. A população – do ponto de vista demográfico – também não era a mesma. A emigração decresceu e Portugal começou a deixar de ser país de partida, para se transformar gradualmente em país de chegada (a singularidade do fenómeno ‘retornados’ aumentou, no espaço de meses, a população em cerca de 7%). A abertura económica incentivou o contacto com capitais e métodos de gestão estrangeiros, integrou mais empresas portuguesas em circuitos de distribuição multinacionais e abriu o mercado nacional a novos produtos. Se equacionarmos estas mudanças em conjunto com duas outras – o crescimento do sistema educativo e um investimento substancial em obras públicas – facilmente chegamos a um dos conceitos que definia aquele momento particular: a mobilidade. Do ponto de vista ideológico, temos um Portugal ‘a caminho da Europa’, pleno de ambição e, acima de tudo, de expectativas. À semelhança do que aconteceu noutros períodos da história contemporânea, a necessidade vital de uma projecção externa está garantida com a melhor de todas as imagens possíveis: a de um país europeu, desenvolvido e pleno de recursos¹⁴.

Esta envolvimento ajudará, talvez, a explicar a proliferação dos meios individuais de captação de sinais televisivos estrangeiros via satélite e permitirá, por certo, avaliar melhor a distância entre o ‘desejado’ e o ‘oferecido’ em termos de programação nacional.

¹⁴ A noção do ‘Eldorado’ foi exaustivamente utilizada pelos políticos com responsabilidades governativas na altura e contribuiu decisivamente para cimentar a percepção de que o sucesso era inevitável.

Ventos de Mudança

A abertura da televisão à iniciativa privada foi, sem dúvida, o aspecto mais marcante da intervenção dos governos de Cavaco Silva na esfera mediática. A Constituição de 1976 só permitia a existência de televisão pública e foi apenas em 1989 que os obstáculos à entrada de operadores privados na actividade televisiva foram retirados do texto constitucional. Em 1990, a Assembleia da República aprovou a Lei da Televisão que previa a existência de operadores privados e, no ano seguinte, foi aberto o concurso. No meio de uma enorme controvérsia sobre o processo de atribuição de frequências, Cavaco Silva decidiu atribuir - em 1992 - duas frequências de televisão nacionais: uma à *Sociedade Independente de Comunicação* (SIC), liderada por Pinto Balsemão e outra à *Televisão Independente* (TVI), um canal de inspiração cristã, então associado à Igreja Católica. Para trás, ficou o projecto TV1 de Proença de Carvalho e Carlos Barbosa.

O sistema de televisão hertziana, em Portugal Continental, passou assim a dispor de quatro canais (dois públicos e dois privados). Tal como no sector radiofónico, esta transformação no sector televisivo não foi precedida de um estudo cuidado sobre as implicações da reforma. Todas as atenções estavam centradas nos actores que iriam ser contemplados com estas frequências e nas implicações políticas de tal decisão. Questões absolutamente cruciais, num momento de abertura de um mercado desta natureza, foram relegadas para segundo plano. A dimensão do mercado publicitário, fontes alternativas de financiamento dos canais, clarificação das regras de concorrência, limites e obrigações ao nível da informação e programação de canais públicos e privados, entre muitas outras questões, foram negligenciadas.

A abertura do mercado televisivo teve naturalmente um grande impacto na actividade do operador público de televisão. A RTP passou a competir pelo mesmo bolo publicitário com mais dois operadores. Tendo sido também abolida a taxa de televisão e vendida à Portugal Telecom a sua rede de transmissores, a RTP sofreu uma drástica redução das suas receitas e um aumento das despesas, relacionado não só com o pagamento da transmissão de sinal, mas também com a necessidade de competir pelos mesmos produtos audiovisuais e recursos humanos. A disputa por programas, formatos e estrelas inflacionou o seu custo.

A agressividade concorrencial do então director de Informação e Programas da RTP, José Eduardo Moniz, fez com que o Presidente do Conselho de Administração, Freitas

Cruz, ordenasse cortes nas despesas com enviados especiais, na utilização de satélites, no recurso a equipas de produção externa e na compra de programas. No entanto, as dificuldades financeiras da RTP não se aproximavam de um fim. A 25 de Janeiro de 1995, Freitas Cruz revelou ao jornal *Público* que o défice acumulado da empresa, no fecho das contas de 1994, se havia elevado a 25 milhões de contos. As dificuldades financeiras da RTP reflectiam também o sucesso comercial de um dos operadores privados. Dois anos e sete meses depois de ter iniciado as suas emissões, e apesar da feroz concorrência da RTP, a SIC ultrapassou o share semanal do Canal 1 da RTP (Pinto et al., 2000: 147). Seguindo uma eficaz estratégia de programação, a SIC conquistou a atenção dos portugueses e, consequentemente, uma parte significativa do bolo publicitário.

Se, por um lado, a reestruturação do sector televisivo agravou seriamente a situação financeira da RTP; por outro lado, a reestruturação não trouxe novidades quanto à independência política da estação. Tal como no passado, a RTP continuou a ser vista como uma estação dependente dos interesses dos governos do dia e incapaz de garantir um tratamento equilibrado dos diversos actores políticos.

O facto de a empresa nunca ter visto clarificado o seu papel enquanto operador público de televisão não contribuiu para a resolução dos problemas. Ainda que o segundo governo maioritário de Cavaco Silva tivesse tentado introduzir algumas alterações na relação entre o Estado e a empresa, fê-lo de forma inepta e sem qualquer resultado positivo através de um Contrato de Concessão de Serviço Público de Televisão, assinado em 17 de Março de 1993. O governo de Cavaco Silva considerou que uma televisão seria de Serviço Público enquanto cumprisse um determinado número de tarefas. Na cláusula 5 do Contrato de 1993, podia ler-se que a RTP ficava obrigada a pautar a sua programação pelo respeito pelo interesse público, por exigências de qualidade e de diversidade para assim promover o esclarecimento, formação e participação cívica e política dos cidadãos; era ainda sua obrigação contribuir para a informação, recreio e promoção educacional e cultural do público em geral, no respeito pela identidade nacional e ficava também com a incumbência de promover a produção e emissão de programas educativos ou formativos, especialmente os dirigidos a crianças, minorias e deficientes auditivos. Acontece que a longa lista de objectivos não era complementada com orientações concretas sobre tipos e/ou géneros de programas que mais se adequariam a esta visão programática. Não houve qualquer tentativa de explicitar o que se entenderia por 'respeito pelo interesse do público' nem por 'exigências de qualidade e de diversidade'.

Substancialmente esvaziada de meios, privada de parte significativa das suas receitas e pressionada por uma feroz concorrência a RTP não conseguiria, nem mesmo neste período, um claro e inequívoco posicionamento do seu accionista maioritário sobre as funções que competiam e sobre o papel a desempenhar no novo enquadramento televisivo nacional.

A Lei da Televisão (Lei nº 58/90 de 7 de Setembro) – aprovada pelo 1º governo maioritário de Cavaco Silva – colocava o público, que por vezes denomina de cidadãos, no centro do sistema televisivo. Foi precisamente considerando aquilo que o legislador pensava ser o interesse do público que os objectivos genéricos e específicos da actividade da televisão foram então definidos. De acordo com este documento (cf. artigo 6º), a actividade televisiva deveria contribuir para a informação e formação do público e defesa dos valores culturais que exprimem a identidade nacional; para a formação de uma consciência crítica; para a recreação e promoção cultural do público e para favorecer o conhecimento mútuo e o intercâmbio de ideias entre cidadãos portugueses e estrangeiros. A televisão deveria, portanto, assegurar a independência, o pluralismo, o rigor e a objectividade da informação; promover a criação de programas dirigidos a crianças, jovens e minorias culturais e contribuir para o esclarecimento, a formação e a participação cívica e política da população. Quanto aos objectivos da actividade televisiva, a lei não estabelecia qualquer diferenciação entre o operador público e os operadores privados. Todos quantos intervissem nesta actividade deveriam ter como finalidade zelar por aquilo que o legislador entendeu ser o bem público ou o interesse público.

Quaisquer que tenham sido as intenções do legislador, houve uma clara contradição entre o que era dito e o que foi concretizado. No que diz directamente respeito à RTP, a lei não passou de letra morta. A RTP não procurou desenvolver a sua estratégia de programação em função dos cidadãos. A informação, antes e depois da abertura da televisão à iniciativa privada, manteve-se na RTP muito próxima dos interesses governamentais.

No início dos anos 90, o então presidente da República, Mário Soares, chegou mesmo a dirigir uma mensagem à Assembleia da República, na qual criticava duramente o papel desempenhado pela RTP em matéria de pluralismo e independência. «Como é do conhecimento dos Senhores Deputados, tem havido queixas e protestos, individuais e colectivos, vindos dos mais diferentes sectores da opinião nacional denunciando a discriminação ou a dificuldade no acesso aos meios de comunicação

social do sector público – que constituem serviços com o dever de isenção – e, em especial, a governamentalização da RTP. A manipulação dos telejornais tem sido frequentemente referida como uma prática constante, indigna de um país democrático membro da Comunidade Europeia. Sou sensível a estas queixas, como me cumpre. E sem recorrer a uma enumeração de factos concretos – toda a gente os conhece, por experiência directa – não deixarei, contudo, de referir algumas práticas que, de modo mais comum, reflectem essas queixas: a incoerência dos critérios jornalísticos e o desequilíbrio da sua aplicação em relação ao governo e aos partidos da Oposição; o sistemático tratamento das iniciativas destes partidos em horários e blocos noticiosos de menor audiência; a utilização de técnicas de montagem; a incapacidade de comunicação e a presença dos intervenientes, sobretudo quando não são certos membros do governo; a omissão ou a minimização de iniciativas sociais independentes do governo ou em confronto com ele; a insuficiência de debates sérios sobre os grandes problemas da actualidade; o afastamento de profissionais qualificados e isentos; o recurso a comentadores anódinos ou apenas representativos de franjas marginais da opinião; finalmente, a chocante discriminação no tratamento das actividades dos diferentes órgãos de soberania» (Soares, 1991: 2-3).

A entrada dos novos operadores no mercado não garantiu a independência da RTP e veio ainda acelerar a espectacularização da informação. José Manuel Barata-Feio diz a este propósito que, em 1993, teve oportunidade de ver aplicar, na RTP, o novo critério editorial vigente: «isto vende ou isto não vende?» (2002: 29). E acrescenta a este propósito: «No número de coisas «que vendem» em televisão, estão manifestamente incluídas a violência informativa, a violência em ficção, a violência psicológica, a violência cultural, a violência gratuita e, mais recentemente, a violência ficcionada» (2002: 29).

Ainda que obviamente beneficiado pelas vantagens de uma postulação *a posteriori*, o ministro da Cultura do primeiro governo socialista pós-Cavaco Silva, Manuel Maria Carrilho, referia-se, nos seguintes termos, ao legado social-democrata: «Num quadro cuidadosamente minado pela irresponsabilidade cavaquista – que tornou Portugal no único país europeu em que o Estado aboliu a taxa, tendo ao mesmo tempo alienado a rede de retransmissores –, o serviço público de televisão tornou-se rapidamente num bloco de chumbo, incapaz de traçar a estratégica própria que uma visão moderna do país tão imperativamente exigia» (*Expresso Online*, 26/02/2000, País). Diria ainda Manuel Maria Carrilho: «Em 1995 tudo estava já bem minado, com um quadro de acelerada senescência do serviço público, com um absurdo mimetismo concorrencial

com as estações privadas e uma cada vez maior homogeneização do panorama audiovisual, onde a proclamação dos vencedores e dos vencidos – bem como o empobrecedor triunfo do ecrã único –, era apenas uma questão de tempo» (*Expresso Online*, 26/02/2000).

Desorientação e incertezas

Com a chegada dos socialistas ao governo, esperavam-se mudanças ao nível da gestão da RTP, da sua estratégia de programação e do desenvolvimento de uma independência efectiva face ao poder político. As reformas estruturais no sector da televisão tinham sido já introduzidas, mas os socialistas – ferozes críticos da governamentalização, da descapitalização e da ineficaz gestão da RTP – prometiam alterações. O programa do governo (Assembleia da República, 1995) não previa a inversão de medidas na área da televisão, mas avançava com propostas de instrumentos legais e de organismos de regulamentação.

Considerando prioritário **i)** o direito à informação e as suas garantias institucionais, **ii)** a revitalização do tecido industrial do sector, **iii)** o rigor e a independência na gestão do sector público da comunicação social e **iv)** a presença activa nas relações internacionais, o primeiro governo de António Guterres propôs algumas medidas que, ignorando a história, poderiam ser entendidas como anacrónicas:

- a) Uma nova Lei de Imprensa que garantisse de forma inovadora a liberdade de informação e os direitos dos jornalistas;
- b) Alteração da composição da Alta Autoridade para a Comunicação Social, passando os quatro membros cooptados pelos representantes do governo e da Assembleia da República a ser indicados por organismos representativos da opinião pública e da cultura;
- c) Revisão das competências da Alta Autoridade para a Comunicação Social que deverá ter poderes mais amplos na salvaguarda da independência dos órgãos de comunicação social do Estado, na garantia da isenção do licenciamento dos novos operadores de rádio e de televisão;

(...)

e) Revisão do Contrato de Concessão de Serviço Público que passaria por um novo quadro de exigências para esta empresa e, simultaneamente, por um financiamento adequado à natureza do serviço público a prestar;

(...)

g) Garantia de independência dos serviços públicos de televisão e rádio, com modelos de gestão de representatividade social para as respectivas empresas».

Para um governo que tomava posse 25 anos depois da Revolução que aboliu o exame prévio, a preocupação com a independência dos órgãos de comunicação estatais poderia parecer, neste momento histórico, totalmente desajustada. No entanto, se tomarmos em consideração a forma como os media do Estado, em geral, e a RTP, em particular, foram ostensivamente instrumentalizados, tais objectivos adquiriam um sentido muito particular. Os socialistas estavam apostados em encerrar o ciclo do controle de conteúdos e a dependência da RTP dos governos do dia.

Se foi relativamente fácil avançar com uma nova definição de objectivos, o mesmo não pode ser dito relativamente à sua operacionalização. A apressada abertura do mercado à iniciativa privada criou grandes dificuldades à empresa e o Secretário de Estado da Comunicação Social, Alberto Arons de Carvalho, dizia-se disposto a dedicar-lhe grande atenção. Só que, operando num contexto de profundas contradições governativas, as suas intenções não passaram disso mesmo.

Foram aprovados planos de reestruturação da empresa e colocados na Direcção da Informação profissionais conhecidos pelo seu rigor e independência. Joaquim Furtado dirigiu a Informação e a Programação entre Janeiro de 1996 e Março de 1998. Todavia, estas medidas acabaram por se tornar inconsequentes. A empresa não conseguiu resolver os seus problemas financeiros e de orientação editorial, registando-se, em vários planos, um agravamento da situação.

Na primeira entrevista de balanço do seu período de gestão, após a demissão da RTP (Expresso on-line: 4/4/98, Sociedade), Joaquim Furtado afirma que, quando foi convidado para a direcção da RTP, em finais de 1995, havia uma perspectiva de mudança radical e que uma dessas mudanças era a do estatuto da empresa: «cortar a relação directa, e até uma certa promiscuidade, que sempre houvera entre as administrações e os governos». Joaquim Furtado argumenta que «não basta haver uma predisposição de independência, é preciso que a lei a garanta por si só. Se não, o comportamento da RTP depende de quem lá está e da interpretação que os

administradores fizeram das suas competências». Explicando a demissão do cargo de director-coordenador de Programas e Informação, Joaquim Furtado salienta, na mesma entrevista, que um dos pontos de glória da sua direcção foi ter sido capaz de garantir a isenção e o pluralismo da informação, o que não é pouco na história da RTP. «Deixou de haver ‘recados’ sobre os alinhamentos dos telejornais. Mas as coisas chegaram a um ponto em que tivemos de nos demitir por causa de uma questão essencial que era a proibição de uma reportagem com interesse jornalístico» (a Administração proibiu a deslocação de um jornalista sem visto a Angola porque tal poderia prejudicar as relações entre Lisboa e Luanda). «E não foi só aqui que o problema se pôs» - acrescenta - «as tarefas da direcção foram profundamente afectadas pelo facto de a empresa ter tomado como suas as prioridades de Estado».

De facto, as intenções governamentais não resistiram às lutas internas no governo e no Partido Socialista e mesmo a clarificação dos objectivos da estação de serviço público patentes no novo Contrato de Concessão, assinado entre o Estado e a RTP em Dezembro de 1996, não veio resolver qualquer problema. No novo contrato, o Serviço Público era entendido de uma forma menos redutora, mais próximo de uma filosofia de programação. De acordo com este contrato (cláusula 4ª), a missão de Serviço Público de Televisão cometida à RTP determina que esta seja: “uma Televisão de referência”, “uma Televisão nacional”, “uma Televisão de utilidade social”, “uma Televisão de programação agregadora”, “uma Televisão das Liberdades Públicas”, “uma Televisão que produza obras de ficção de reconhecida qualidade”, “uma Televisão com exigência ética”. Relativamente às obrigações da programação de Serviço Público, este contrato contemplava, na cláusula 6ª, inúmeras orientações no sentido de dar resposta àquilo que se considerava ser o interesse público. Ainda que os resultados práticos deste documento tivessem sido praticamente nulos, há um nível bastante superior de especificação sobre o que deveria ser feito, em termos de programação, para garantir padrões de qualidade.

Tanto o Contrato de Concessão do Serviço Público de 1993 como a versão de 1996 afirmam que a fiscalização e verificação do mesmo é da competência do Ministro das Finanças e do membro do governo responsável pela área da comunicação social (cláusulas 18ª e 24ª, respectivamente). O Estado entende ser ele próprio o melhor garante do cumprimento dessa ‘missão’ de Serviço Público. Compete, portanto, à RTP ‘ser’ um Serviço Público de Televisão e compete ao Estado garantir que a RTP ‘é’, de facto, um Serviço Público de Televisão.

A aprovação de uma nova Lei da Televisão (31-A/98 de 14 de Julho) - apesar de abrir novas possibilidades – não veio também contribuir para a resolução dos problemas na RTP. Esta lei introduziu alterações no acesso e no exercício da actividade televisiva. Pela primeira vez, a lei possibilitou a criação de canais locais, regionais e temáticos. Esta abertura permitiu que as estações existentes se associassem aos operadores de cabo e aos produtores internacionais de conteúdos televisivos no sentido de desenvolver novos projectos. No entanto, a proliferação de canais temáticos veio fragmentar ainda mais as audiências, complicando a já difícil situação financeira das estações de televisão hertziana.

A questão absolutamente crucial da dívida e do financiamento da empresa foi, uma vez mais, adiada. Para além de continuar sem taxa, a RTP viu ainda ser reduzido, por decreto governamental, o volume publicitário, uma decisão aplicada a partir de Janeiro de 1997. A RTP1 passou a ter um máximo de 7,5 minutos de publicidade por hora e a RTP2 ficou sem anúncios comerciais. «Como poderia ser encarada pela empresa, senão como um inequívoco sinal de alguma prosperidade, a deliberação de limitar a publicidade na RTP1 (...) e de proibi-la na RTP2 (...)?», interroga o próprio ex-secretário de Estado, Arons de Carvalho (2002: 35). «O governo tomou esta decisão, após uma diligência dos presidentes da SIC e da TVI junto do próprio Primeiro Ministro, no final de 1996. Balsemão e Monjardino apresentaram-na como a única forma de salvar a TVI de uma irreversível falência e de finalmente conduzir a SIC para a obtenção de lucros» (Carvalho, 2002: 35).

A esta medida não foram criadas quaisquer alternativas transparentes de financiamento da RTP e a proposta do então secretário de Estado da Comunicação Social, Arons de Carvalho, de financiar a empresa através do estabelecimento de uma relação directa com o PIB não passou disso mesmo. As indemnizações compensatórias ficaram também sempre aquém do estabelecido e a «imprevisibilidade das verbas colocadas à disposição da empresa impediam qualquer planeamento estratégico», tal como admitiu o próprio Arons de Carvalho, poucos meses depois de ter abandonado o cargo (2002: 31).

As permanentes dificuldades da empresa, para as quais o executivo de António Guterres não encontrou resposta adequada, serviram de arma de combate para a oposição e para os restantes operadores privados. Estes criticavam frequentemente o apoio financeiro do Estado e a oposição, argumentando que a RTP não prestava um verdadeiro Serviço Público, defendia a sua privatização. No panorama audiovisual, tal

como foi redesenhado por Cavaco Silva e preservado pelos governos de António Guterres, a RTP manteve-se condenada à indefinição quanto ao projecto de Serviço Público, à dependência política e à inviabilidade financeira.

Apesar da tentativa dos governos socialistas de afastar a RTP da subordinação directa à política de informação do executivo, a incerteza e a desorientação marcaram a televisão do Estado neste período. O próprio Presidente do Conselho de Opinião da RTP, António-Pedro Vasconcelos, sintetizava a situação que se vivia na empresa no início do ano 2000: «A RTP, tal como está, não pode continuar. Devido à falta de estratégia, à irresponsabilidade ou à incúria dos governos, à instabilidade das administrações, nomeadas na maioria dos casos em função da confiança política e não da sua competência, ao peso corporativo da nomenklatura interna, à falta de imaginação, criatividade e talento, que parecem ter desertado da programação, é hoje o principal obstáculo à existência de verdadeiro SPT em Portugal» (Público, 20 de Março de 2002: 41).

Notas conclusivas

Desde a fundação da RTP até à implementação do regime democrático, o poder executivo definia aquilo que entendia ser o interesse da nação em geral, e o interesse do telespectador em particular, sem que, para isso, fosse necessário considerar as opiniões e perspectivas da população. A mudança de regime, depois do 25 de Abril de 1974, apesar da abolição formal da censura, não trouxe alterações estruturais significativas a este quadro, sobretudo no que diz respeito à eventual criação de mecanismos especificamente concebidos para representar e defender os interesses dos telespectadores e também não desenvolveu estruturas para a efectiva participação dos cidadãos quer na construção de um modelo de Serviço Público de Televisão quer na sua implementação. Verifica-se aqui, como em muitas outras áreas de estudo das políticas de comunicação, uma carência de avaliações cuidadas e suficientemente fundamentadas. Importará, no entanto, sublinhar que o novo poder político, resultante da transição para a democracia, encontrou – em todos os momentos – formas de justificar quer actos de clara intervenção na gestão na RTP quer, por contraponto, a ausência de quaisquer acções ou iniciativas no sentido de reformular o papel do Estado na sua relação com a empresa.

Ao longo destas linhas, procurámos demonstrar que o poder político nunca abdicou de impor a sua visão de interesse público à RTP e que a estação, independentemente da

qualidade dos seus profissionais nas áreas da informação e programação, navegou ao sabor dos desejos da tutela – antes e depois da nacionalização, antes e depois da radical mudança política de 1974. Na matriz criadora da RTP, está inscrita a noção de prestar serviço ao poder político e não aos cidadãos. Tal não implica que a RTP não tenha – em muitas situações - servido também os cidadãos; significa apenas que o serviço aos cidadãos e com os cidadãos nunca fez parte das preocupações essenciais dos principais responsáveis da empresa e de quem os nomeava.

Do que acima foi avançado, pode inferir-se que a relação Estado – RTP – cidadãos nunca foi, em momento algum dos quase 50 anos da história da teledifusão, multidireccional. O Estado português – independentemente do regime ou do governo – parece ter sempre actuado sob a presunção de que os cidadãos não estariam (ainda) preparados para interagir responsavelmente com a televisão. Marcello Caetano receava o potencial nefasto do meio, o MFA encontrava razões para cautelas, Cavaco Silva soube manter a gestão sob controlo e António Guterres nada fez para acabar com a dependência financeira. Em quase meio século de televisão, o Estado criou, nacionalizou, governamentalizou, alargou e internacionalizou uma empresa de televisão sem nunca ter expressado grande preocupação (além da retórica) com os interesses dos destinatários de tanto esforço.

A intenção expressa do actual governo (XV^o) aparenta indiciar a entrada numa nova fase. Embora o quadro de partida para a elaboração do documento «Novas Opções para o Audiovisual» - apresentado no dia 19 de Dezembro de 2002 - tenha sido o mesmo do passado¹⁵, a nova orientação propõe tratar de forma aberta e definitiva a 'herança' da RTP e, com igual empenho, resolver a crise de indefinição, apresentada como «crise de integridade» (19.12.2002: 6). Numa formulação que se apresenta, nalgumas áreas, bem distante da postura inflamada e desprovida de substância das primeiras declarações do ministro da tutela, o documento avança que o Serviço Público necessita de adoptar a noção de 'acção positiva' (ibid: 12). Adianta ainda que um autonomizado segundo canal deverá ser o espaço de actuação da sociedade civil, com o apoio (ainda que, idealmente, apenas numa fase inicial) do novo operador de Serviço Público.

¹⁵ O governo procurou um novo conceito de Serviço Público nos mesmos lugares de sempre e com base em percepções que adquiriram já um carácter de perenidade na vida política nacional. A intenção terá sido não tanto receber um alargado leque de contribuições com o objectivo de – à luz das inescapáveis opções políticas – elaborar uma estrutura fundamentadora da adequação do conceito à realidade portuguesa, mas antes percorrer rotinas mais simples, previsíveis e até mesmo mais recompensadoras no imediato (quer para o governo quer para os reduzidos círculos de indivíduos que garantem a perpetuação das suas muito particulares leituras e/ou representatividade de interesses).

Indo além da simples reestruturação financeira do actual operador público de televisão, o documento apresenta-se como uma grelha de funcionamento mais vasta para toda a política de audiovisual do governo liderado por Durão Barroso. O facto de se encontrar pontuado por ajustes de contas políticos retira ao texto alguma solidez, a deliberada ausência de detalhes sobre o alargamento da concessão de tarefas de serviço público aos privados sugere, no mínimo, hesitação e o quase ostensivo 'libertar' do segundo canal denota menos de desconhecimento dos media do que de deliberada manobra de auto-garantia política. Na sua globalidade, porém, estamos perante um texto com algumas virtudes: a clareza de propósitos, a intencionalidade de acção e a fuga à esterilidade de uma política fundamentada na não decisão.

Afigura-se demasiado cedo para avaliar em mais detalhe a valia das propostas e – sobretudo se recordarmos as declarações de intenções de anteriores governos – mais prematuro seria analisar os seus efeitos. Ainda assim, parece-nos seguro ressaltar que este documento resulta, uma vez mais, da necessidade de adaptar o operador estatal de televisão à postura política do governo do momento e não de um processo alargado de reflexão sobre serviço público de televisão em Portugal. A urgência reformista justificou a inexistência de um amplo e sério debate, fundamentou o pontual trabalho de uma comissão nomeada pelo executivo e reduziu a pouco mais do que uma formulação estilística a noção de 'oportunidade histórica' de que fala o documento governamental. De lado ficou a possibilidade real de se abrirem portas a uma participação cívica consciente e reflectida, incentivadora de divergências e fomentadora de novas ideias.

O novo operador público de Televisão, saído da profunda reestruturação em curso, deverá reflectir uma diferente visão do papel do Estado na sociedade mas não mais do que isso. O governo social-democrata entende que lhe cabem, sobretudo, tarefas de regulação e que, conseqüentemente, o seu peso nos vários sectores da economia deve ser reduzido. O enfoque dado, na apresentação do novo documento, à previsível redução de custos é bem sintomático dessa postura. Fica, porém, uma vez mais por responder a pergunta que nunca houve tempo nem vontade para fazer: que Serviço Público quer o público? Para que existisse Serviço Público de Televisão, na acepção que este livro encerra, seria absolutamente necessário romper com a história, inverter o caminho e inventar um futuro de interacção, num ambiente de declarada e permanentemente auditada independência. Para que isso acontecesse, seria necessário que o Estado alterasse, de forma decisiva, a sua postura face ao meio e face à participação dos cidadãos.

Bibliografia

- Assembleia da República (2002). *Programa do XV governo Constitucional, Apresentação e Debate*. Lisboa: Assembleia da República.
- Assembleia da República (1999). *Programa do XIV governo Constitucional, Apresentação e Debate*. Lisboa: Assembleia da República.
- Assembleia da República (1995). *Programa do XIII governo Constitucional, Apresentação e Debate*. Lisboa: Assembleia da República.
- Assembleia da República (1992). *Programa do XII governo Constitucional, Apresentação e Debate*. Lisboa: Assembleia da República.
- Assembleia da República (1987). *Programa do XI governo Constitucional, Apresentação e Debate*. Lisboa: Assembleia da República.
- Assembleia da República (1986). *Programa do X governo Constitucional, Apresentação e Debate*. Lisboa: Assembleia da República.
- Barata-Feyo, José Manuel (2002). *RTP: O Fim Anunciado*. Lisboa: Oficina do Livro.
- Barreto, António (org.) (1996). *A situação Social em Portugal, 1960-1995*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Barreto, António e Clara Valadas Preto (1996). 'Portugal 1960/1995: Indicadores Sociais', *Cadernos do Público*, nº8. Lisboa: Público.
- Barreto, António e Maria Filomena Mónica (eds.). (1999). *Dicionário de História de Portugal*, Vol. VII-VIII. Porto: Figueirinhas.
- Bruneau, Thomas C. e Alex MacLeod. (1986). *Politics in Contemporary Portugal – Parties and the consolidation of democracy*. Boulder: Lynne Rienner.
- Cádima, Francisco Rui (Fevereiro 1995). 'A RTP nas eleições de 1958 – História de uma Perseguição'. *História*, Ano XVII (Nova Série), nº5.
- Cádima, Francisco Rui (1996). *Salazar, Caetano e a Televisão Portuguesa*. Lisboa: Presença.
- Caetano, Marcello (1974). *Depoimento*. Rio de Janeiro: Record.
- Castelo-Branco, Fernando (1987). 'A Radiodifusão dos discursos de Salazar como factor da sua ascensão política'. *O Estado Novo - Das Origens ao Fim da*

- Autarcia (1926-1959)*, Vol. II, Actas do colóquio «O Estado Novo – Das Origens ao Fim da Autarcia (1926-1959)». Lisboa: Fragmentos.
- Carvalho, Alberto Arons (2002). *Valerá a Pena Desmenti-los?*. Coimbra: Minerva.
- Carreira, Medina (1996). 'O Estado e a Educação', *Cadernos do Público*, nº7. Lisboa: Público.
- Castrim, Mário (1996). *Televisão e a Censura*. Porto: Campo das Letras.
- Comissão de Reflexão sobre o Futuro da Televisão. *Relatório Final*, Outubro de 1996.
- Contrato de Concessão do Serviço Público de Televisão Celebrado entre o Estado Português e a Rádotelevisão Portuguesa, SA. em 17 de Março de 1993.
- Contrato de Concessão do Serviço Público de Televisão Celebrado entre o Estado Português e a Rádotelevisão Portuguesa, SA. em 31 de Dezembro de 1996.
- Ferrão, João (1996). *A Demografia Portuguesa*, Cadernos do Público, Vol. 6. Lisboa, ICS-Público, 1996.
- Ferro, António. (1935). *Salazar – O Homem e a sua Obra* (3ªed.). Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.
- Lourenço, Eunice (1998, 7 de Janeiro). 'Reestruturação da RTP é fundamental' (entrevista com Jorge Coelho). *O Público*, p 2-3.
- Mauperrin, Maria José. (20 de Julho de 1996). 'A idade da Inocência'. *Expresso – Revista*.
- Melody, W.H. (1990). 'Communications Policy in the Global Information Economy'. M.F. Ferguson (Ed.). *Public Communication: The New Imperatives*. Londres: Sage.
- Mesquita, Mário. (Dezembro de 1988). 'Estratégias liberais e dirigistas na Comunicação Social de 1974-1975, da Comissão Ad Hoc à Lei de Imprensa'. *Comunicação e Linguagens*, nº8.
- Mesquita, Mário (1994). 'Os meios de Comunicação Social'. Reis, António. (Ed.). *Portugal – 20 anos de Democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Mitchell, Jeremy and Jay Blumler (1994). 'Is Television Accountable to Viewers?'. *Policy Studies*, Winter 1994 Vol.14, nº4, 4-21.

- Mónica, Maria Filomena (1996). *Os costumes em Portugal*. Cadernos do Público, Vol. 1, Lisboa, ICS-Público.
- Optenhögel, Uwe. (1986). 'Portugal'. Kleinsteuber, Hans J. et al. (Eds.). *Electronic Media and Politics in Western Europe*. Frankfurt: Campus Verlag.
- Presidência do Conselho de Ministros. (19.12.2002). 'Novas Opções para o Audiovisual'.
- Presidência do Conselho de Ministros. (11.11.2002). 'XV governo Constitucional – Os primeiros seis meses – Estamos a Cumprir – Portugal vai Vencer'. <http://www.portugal.gov.pt/pt/Documentos/20021111SeisMeses1.htm>
- Público (08.04.1994). 'Tendências e dependências no Audiovisual'. Dossier «20 Anos – 25 de Abril».
- Rosas, Fernando. (1994). 'O Estado Novo', Vol. 7. Mattoso, José (Ed.). *História de Portugal*. Lisboa: Estampa.
- Rosas, Fernando e José Maria Brandão de Brito (Eds.) (1996). *Dicionário de História do Estado Novo*, Vols. I-II. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Silva, Vicente Jorge. (7 de Março de 1981). '24 anos de RTP: a história de uma servidão'. *Expresso*.
- Soares, Mário. *Mensagem à Assembleia da República*, 5 de Junho de 1991.
- Sousa, Helena (1996). *Communications Policy in Portugal and its Links with the European Union*. Tese de doutoramento. Londres: School of Social Sciences, City University.
- Sousa, Helena (2000). 'Políticas da Comunicação: Continuidades e Reformas'. Pinto, Manuel et al. *A Comunicação e os Média em Portugal (1995-1999)*. Braga: Universidade do Minho.
- Sousa, Helena (1999). 'Serviço Público, Televisão Comercial e a Implementação da Lei: Alguns Elementos para o Debate'. *Comunicação e Sociedade 1, Cadernos do Noroeste, Série Comunicação*, Vol.12 (1-2).
- Teves, Vasco Hogen (1998). *História da Televisão em Portugal, 1955/1979*, 1º Volume. Lisboa: TV Guia Editora.